

# Corrente quer evitar lobby

"Uma corrente suprapartidária, acima de facções e ideologias para enfrentar o lobby internacional, que tem a ousadia de conspirar contra a soberania de nosso País" está sendo a proposta do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ). Ele conclamou todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte a se unirem para concretizar a ideia.

**BRASÍLIA (ANDA)** — O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) conclamou ontem todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte a se unirem "numa corrente suprapartidária, acima de facções e ideologias", a fim de enfrentar o "lobby internacional, que tem a ousadia de conspirar contra a soberania de nosso País".

Segundo ele, esse "lobby" tenta impedir o aproveitamento das riquezas naturais do Brasil. "A campanha internacional — enfatizou o deputado — é mais influente no tocante aos minérios, visando sustar sua exploração, que hoje é fundamental para o pagamento da dívida externa, no sentido de possibilitar que o Brasil enfim declare sua independência econômica".

Gustavo de Faria garantiu que se tenta, a todo custo, impedir que sejam exploradas as jazidas em áreas indígenas. Ele acusou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) de coordenar as ações desse "lobby" dentro do País, e contestou a versão de que os índios não gostariam de ver explorados os minérios existentes no subsolo das terras que ocupam.

O deputado relatou visita que lideranças indígenas fizeram ao presidente da Assembleia Nacional Consti-

tuinte, deputado Ulysses Guimarães, onde tiveram a oportunidade de explicar porque estão defendendo o aproveitamento dos minérios em seus territórios. "Querem construir escolas e hospitais, educar os filhos e ter um relacionamento digno e respeitoso com a sociedade brasileira", observou o parlamentar.

No entender de Gustavo de Faria, o fato de o projeto inicialmente elaborado pela Comissão de Sistematização praticamente proibir o aproveitamento dos minérios situados nas reservas indígenas, prova que "o lobby internacional vem obtendo êxito entre os constituintes".

Para reverter esse quadro, Faria pediu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a investigar em profundidade todas as denúncias publicadas pelo jornal "O Estado de S. Paulo", e que merecem desdobramentos em muitos outros veículos de comunicação.

## CAMPANHA

"Esta campanha internacional — acentua o parlamentar — demonstra que não eram infundados os temores do Conselho de Segurança Nacional, de que se viabilizasse as pressões, tanto nacionais quanto

estrangeiras, visando a constituir um Estado indígena independente na Amazônia, subtraindo cerca de 14 por cento do Território Nacional". Gustavo de Faria frisou que "esse movimento foi planejado no Exterior e vem sendo financiado por dinheiro depositado em bancos estrangeiros desde 1981".

Faria disse fazer a denúncia sobre uso indevido do Cimi muito à vontade, "porque não sou contrário a atuação dos missionários nas comunidades indígenas". A respeito do assunto, ele apresentou emenda poucas semanas atrás, prevendo a criação de um fundo especial justamente para custear a ação dos missionários na Amazônia. Ele citou, como exemplo pressões que o órgão estaria fazendo junto ao Banco Mundial no sentido do cancelamento de financiamento para o asfaltamento da rodovia BR-364, no trecho ligando Porto Velho (Rondônia) a Rio Branco (capital do Acre).

Depois de destacar que o Cimi, hoje, tem uma estrutura maior que a da própria Funai (Fundação Nacional do Índio), Gustavo de Faria pediu urgência na formação da CPI para investigar o assunto e conclamou os demais constituintes à defesa da "soberania nacional".